



# A PANDEMIA DE COVID-19 E O ENSINO REMOTO NO ENSINO SUPERIOR

Geciel Ranieri Furtado<sup>1</sup>, Breno de Campos Belém<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Pará/FLLI, [gecielranieri@gmail.com](mailto:gecielranieri@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal do Pará/FLLI, [belembreno@gmail.com](mailto:belembreno@gmail.com)

**Resumo:** O presente artigo visa discutir sobre os impactos causados pela pandemia de COVID-19 no ensino superior, considerando que a paralização abrupta das atividades acadêmicas trouxe grandes desafios para docentes e discentes. Aos poucos, nota-se que os sujeitos que compõem a gestão e a docência acadêmica vão ressignificando suas atividades para atender as especificidades desse novo contexto, lançando mão, muitas vezes, do ensino remoto emergencial para seus respectivos alunos. Isto posto, considera-se esta modalidade de ensino como a mais provável de ser utilizada pelo ensino superior no segundo semestre de 2020.

**Palavras-chave:** pandemia, COVID-19, ensino superior, ensino remoto emergencial.

## 1. Introdução

A partir de março de 2020 até o presente momento, vive-se momentos conturbadores ocasionados pela pandemia de COVID-19 os quais a sociedade precisou passar por intensas e necessárias adaptações e reformulações. Comprometeu-se a política, a saúde, a economia e a organização da vida em sociedade. No setor educacional presenciamos a suspensão compulsória das atividades relacionadas às aulas em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil, até o ensino superior, como tentativa de atenuar a contaminação das pessoas pelo vírus. Este atenuante era necessário, visto que fora comprovado e amplamente divulgado pela mídia que uma pessoa poderia contaminar de duas a três pelo contato físico próximo. O distanciamento social precisaria, então, ser realizado de forma compulsória.

Por tais questões que envolvem a paralização das aulas em todos os níveis de ensino, este artigo discute como as universidades estão tentando encontrar soluções para superar os problemas que a pandemia trouxe, tendo em vista uma educação segura e sem prejuízos para os discentes. Discutir sobre esse tema na atual



conjuntura na qual as incertezas fazem parte dos diálogos entre o que deve ser feito, surgem inúmeras questões que ainda estão sem respostas.

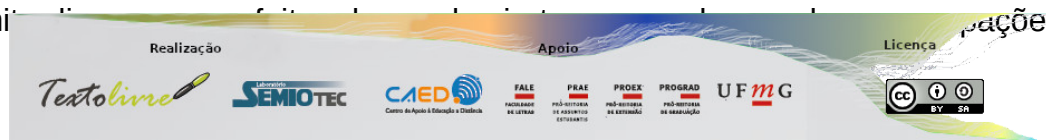
Tendo em vista o distanciamento social, docentes tiveram que rever suas práticas e voltar-se para uma nova realidade em que as tecnológicas invadem o campo do ensino e da aprendizagem e são usadas para amenizar os impactos da pandemia, dando suporte aos discentes. Uma investigação aprofundada se faz um grande desafio, pois entra-se em um campo ainda pouco explorado de muitas incertezas. Entretanto, objetiva-se contribuir para a reflexão sobre a realidade que a COVID-19 trouxe e identificar as práticas utilizadas pelas universidades durante a pandemia.

## 2. A pandemia e o ensino superior

No Brasil o coronavírus chega no dia 26 de fevereiro de 2020. A partir desta data o país enfrenta grandes desafios. A educação se tornou uma das áreas mais afetadas pela pandemia, pois teve que parar abruptamente. Os brasileiros precisaram respeitar o isolamento social que perdura por mais de 5 meses com as aulas presenciais paradas em todos os níveis de ensino. Nestas perspectivas, temos alunos ansiosos para as voltas às aulas e outros que preferem aguardar um pouco mais.

Fávero (2011, p. 57) discorre sobre o papel da universidade na sociedade, ou seja, “se a universidade é parte de uma realidade concreta, suas funções devem ser pensadas e trabalhadas levando em conta as exigências da sociedade, nascidas de suas próprias transformações em um mundo em constantes mutações e crises”. Estas mudanças que de tempos em tempos ocorrem são frutos do intercâmbio entre as sociedades e pode, em alguns casos, ser surpreendida como aconteceu com a pandemia. Por isso, a universidade como parte integrante da sociedade precisa se dispor a encontrar soluções para os dilemas atuais.

O ensino superior vem sofrendo os impactos da pandemia, universidades públicas e privadas estão com as aulas presenciais suspensas para evitar aglomerações de pessoas e manter o distanciamento social como estabelecem os órgãos de saúde. Esta situação tem efeitos diversos na vida acadêmica dos alunos. A realidade nos permi





os sujeitos envolvidos neste nível de ensino, não somente pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas também por afetar os alunos que estavam se preparando para entrar na universidade pelo Exame Nacional do Ensino Médio neste ano de 2020.

Sem dúvidas, os impactos da pandemia de COVID-19 foram e continuam sendo avassaladores e seus efeitos serão sentidos também a longo prazo. Ao analisar sobre a vida corrida dos universitários podemos dizer que a mesma sofre uma perda irreparável com o atraso das aulas. No que se refere ao ambiente acadêmico, o primeiro semestre letivo de 2020 passou e muito pouco foi feito. Alunos de licenciaturas diversas que estavam em processo de estágio obrigatório, por exemplo, tiveram que parar suas atividades, pois as escolas em que estagiavam também tiveram suas aulas paralisadas. A frustração quanto ao continuísmo do trabalho iniciado, infelizmente, foi inevitável.

Hora ou outra voltar à normalidade pré-pandêmica será inevitável. Entretanto, o momento atual necessita cautela e é mister ressignificar práticas docentes e discentes para atender a este novo contexto de isolamento. As universidades têm cronogramas a serem cumpridos e, portanto, não é somente porque as aulas estão em processo de adaptação que os discentes devem ser omissos aos compromissos acadêmicos. O mercado de trabalho precisa de profissionais autônomos e capacitados formados para atuar em diferentes ambientes de produção. Para isso, demanda-se iniciativa, criatividade e autonomia.

Neste momento de espera, os alunos podem rever conceitos e reestudar materiais já vistos anteriormente, procurando novos conhecimentos, por meio da internet, livros e atualizarem-se sobre suas áreas de estudo, bem como áreas correlacionadas. Ficar estagnado e inerte durante este período não trará benefícios à aprendizagem dos alunos. Ademais, muitas atividades que ocorriam apenas presencialmente, como eventos acadêmicos, têm ocorrido de forma contínua virtualmente e poderá perdurar durante o segundo semestre letivo de 2020 e até mesmo em momentos futuros pós-pandemia.

### 3. Desafios atuais e perspectivas futuras para docentes e discentes





Infelizmente, ainda não é possível libertar-se da pandemia e voltar à normalidade. Aos poucos a adaptação a um “novo normal” faz surgir uma dicotomia. Por um lado, a doença que causa muitos sintomas e pode levar até morte demanda paralização total das atividades educacionais e o exige de seus cidadãos a adesão ao isolamento social. Por outro, esta paralização prejudica as atividades educacionais presenciais em sala de aula, sendo este o palco majoritário em que ocorrem historicamente as aprendizagens formais em nosso país.

Para compreender tal fato, as universidades vêm realizando diferentes tipos de questionários aos acadêmicos como forma de conhecer mais a fundo a real situação em que os alunos se encontram, diagnosticando como esse aluno está enfrentando a pandemia e quais são os impactos em suas vidas e, ao mesmo tempo, saber a opinião deles sobre o retorno remoto das atividades acadêmicas. Através desses dados, as universidades podem traçar um novo perfil para os discentes, elaborando propostas que levem em consideração as especificidades dos alunos nesse momento. O apoio universitário estrutural e psicológico é essencial para que as possibilidades de retorno e reativação das atividades acadêmicas sejam profícuas.

Diferentes abordagens estão tomando conta dos diálogos que envolve a universalização do conhecimento em tempos de pandemia. No dia 16 de junho de 2020, o Ministério da Educação (MEC) publica no Diário Oficial da União a Portaria Nº 544, que traz algumas perspectivas para o retorno das atividades acadêmicas nas universidades. Esta portaria:

Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020 (BRASIL, 2020, p. 1).

É relevante frisar que as portarias anteriores relacionadas a este mesmo assunto, ou seja, a substituição do ensino presencial pelo ensino através dos meios digitais, foram revogadas para melhor atender as necessidades dos discentes. Apesar de não constar a denominação ensino remoto emergencial (ERE), este é um termo que vêm sendo adotado para esta mudança abrupta no ambiente de ensino. O ERE tem por finalidade reativar as atividades acadêmicas através de ferramentas





disponibilizadas na internet e garantir o distanciamento social. O ERE caracteriza-se essencialmente pela mudança de plataforma presencial para online, fazendo uso de recursos, por vezes, não criados como plataformas educacionais para realização de aulas.

Nessa perspectiva, colocamos em pauta um dos fatores que distanciam o êxito do ERE: a (falta de) acessibilidade dos alunos aos recursos tecnológicos. É sabido que muitos alunos, principalmente do ensino público, não possuem e nem dispõem de condições financeiras para adquirir os equipamentos necessários ao acesso às aulas remotas. Ao propor o ERE, as universidades deveriam levar em consideração o perfil de seus acadêmicos buscando soluções que incluam todos os alunos ao novo modelo de ensino. Tafner et al. (2010, p. 76) reforça ser “necessário que as ferramentas tecnológicas estejam adaptadas a cada contexto e permitam que docentes e discentes as utilizem de forma otimizada na construção do conhecimento”.

Deve-se também dar atenção para que esse novo modelo de ensino não se centre na proposta de educação bancária, onde há passividade na aprendizagem (FREIRE, 1974). Assim, desenvolver os conteúdos para o ensino remoto com qualidade desafia a competência didática do professor que deverá ter bem definido seus papéis nesse novo modo de ensinar. Nesse sentido, Fiorentini destaca que,

o desafio de uma práxis emancipadora, mediada por linguagens e tecnologias, exige atenção e vigilância no desenvolvimento de políticas de democratização das oportunidades educacionais. A despeito das dificuldades que permeiam a ação dos sujeitos, ora como restrições físicas, sociais, econômicas, legais e psicológicas que os afetam continuamente, ora como mecanismos internos que influenciam a tomada de decisão, como expectativas, crenças, motivos, sabemos que os valores aqui assumidos direcionam o nosso pensar, conhecer, atuar e realizar. (FIORENTINI, 2003, p. 9).

Sabe-se que em teoria o ERE é uma solução viável, mas na prática é diferente. Embora haja viabilidade para alguns, haverá exclusão para outros. A portaria supramencionada é válida até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogada enquanto durar a pandemia. No planejamento das atividades remotas seria válido deixar explícito se o ensino será feito de maneira síncrona, assíncrona, ou se lançará mão da junção das duas modalidades de interação para atender as





demandas e especificidades da maioria dos alunos. A exclusão não deve ser pensada unicamente pelo âmbito discente, mas docente também. Muitos professores não possuem afinidade com os recursos tecnológicos e não receberam capacitação para lidar com essa nova prática de ensino e aprendizagem, podendo transformar o ensino remoto emergencial em uma nova modalidade virtual de educação bancária (FREIRE, 1974).

#### 4. Considerações Finais

É inegável que pandemia deixou ainda mais evidente as mazelas sociais que dificultam propor soluções para atenuar os impactos da COVID-19 na vida das pessoas. Por isso, as universidades precisaram mudar para se adequarem a essa nova realidade a qual o ensino e aprendizagem não se dão mais no espaço físico da instituição, mas no lar dos alunos por meio da internet. Para tanto, as universidades devem compreender as diferentes realidades dos alunos e buscar ajuda-los nas mais variadas formas para que aprendizagem por meio do ERE seja profícuo.

As novas visões que as universidades trazem para o ERE possuem características tanto do ensino presencial por meio de plataformas de conferência de vídeo, como do ensino a distância, com a exigência de tarefas e trabalhos avaliativos individuais ou em grupos. As metodologias utilizadas no ERE subsidiam as novas relações que se fazem presentes aos envolvidos no ensino e aprendizagem. Entretanto, como muitas universidades ainda estão em processo de adaptação e darão início ao ERE apenas neste semestre, é preciso observações mais profundas e longitudinais, bem como a identificação de outras problemáticas quanto a esta nova modalidade de ensino e aprendizagem, a fim de compreender melhor os impactos da adoção do ERE no ensino superior.

#### Referências

BRASIL. PORTARIA Nº 544, DE 16 DE JUNHO DE 2020. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislação/?id=397010>>. Acesso em: 20 de ago. de 2020

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade e estágio curricular: subsídios para discussão. In: ALVES, Nilda (org.). **Formação de professores: pensar e fazer**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 57 – 76. (Coleção questões da nossa época; v 30)





FIORENTINI, Leda Maria Rangel. A perspectiva dialógica nos textos educativos escritos. In: FIORENTINI, Rangel; MORAES, Raquel de Almeida (Orgs.).

**Linguagens e identidade na educação a distância.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 15 – 50.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1974

TAFNER, Elisabeth Penzlien; TOMELIN, Janes Fidélis; HACK, Josias Ricardo; SIEGEL, Norberto. **Produção de Materiais Auto instrutivos para a Educação a Distância.** Centro Universitário Leonardo da Vinci – Indaial: Grupo UNIASSELVI, 2010.

